



Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Pilar 3

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

4º Trimestre de 2024 – Resolução BCB Nº 54/2020

Índice

1. Objetivo	4
2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos.....	5
2.1 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	5
2.2 OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	6
2.3 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	12
3. Comparação entre informações contábeis e prudenciais.....	13
3.1 LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial	13
3.2 LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco	14
3.3 LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	15
3.4 PV1: Ajustes prudenciais (PVA).....	15
4. Composição do capital	15
4.1 CCA: Principais características dos instrumentos do Patrimônio de Referência (PR).....	15
4.2 CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR).....	16
4.3 CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial.....	20
5. Indicadores macroprudenciais.....	21
5.1 CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP Contracíclico	21
6. Razão de Alavancagem (RA)	21
6.1 LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	21
6.2 LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem.....	22
7. Risco de Liquidez	22
7.1 LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	22
8. Risco de Crédito.....	25
8.1 CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	25
8.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições	27
8.3 CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos	28
8.4 CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	28
8.4 CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito.....	30
8.5 CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	31
8.6 CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	32

8.7 CR5: Abordagem padronizada - segregação de exposições por contraparte e por fator de ponderação de risco (FPR)	33
9. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)	36
9.1 CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte	36
9.2 CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	36
9.3 CCR3: Abordagem padronizada – segregação das exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco.....	36
9.4 CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	37
9.5 CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito.....	37
9.6 CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	38
10. Exposições de Securitização.....	38
10.1 SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	38
11. Risco de Mercado	38
11.1 MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado ...	38
11.2 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado	40
11.3 Carteira de Derivativos	40
12. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB).....	41
12.1 IRRBBA: Objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB	41
12.2 IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB.....	44
13. Remuneração de Administradores	44
13.1 REMA: Política de remuneração	44
13.2 REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência	49
13.3 REM2: Pagamentos extraordinários.....	49
13.3 REM3: Remuneração diferida	50

1. Objetivo

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a divulgação do relatório de Pilar 3, apresentamos o relatório do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob com as informações requeridas pelo BCB.

A Resolução BCB nº 54/2020 define o escopo, o formato e a periodicidade de divulgação das informações. Neste relatório, as informações estão organizadas em tabelas com formato fixo e flexível, com o objetivo de manter a comparabilidade entre as instituições, reduzir a assimetria de informações e fomentar a disciplina de mercado.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital apresenta a especificação das informações que devem ser divulgadas, as diretrizes e as responsabilidades das áreas envolvidas no processo de elaboração e divulgação do relatório, bem como a responsabilidade dos controles internos, visando garantir a fidedignidade das informações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

As informações deste relatório têm como base o trimestre findo em 31 de dezembro de 2024.

2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

2.1 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em conformidade com a Resolução CMN 4.955/2021 e regulamentações complementares, o Conglomerado Banco Sicoob mantém Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. O processo de adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado para atender aos requerimentos regulatórios e à gestão estratégica da instituição.

O PR é composto pelo Nível I e Nível II, sendo parâmetro para fins de monitoramento e de verificação do cumprimento dos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), onde:

- Nível I – composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- Nível II – composto por instrumentos elegíveis a capital, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

O PR é apurado em bases consolidadas:

- Conglomerado Banco Sicoob – consolidado do Banco Sicoob, empresas controladas (Sicoob DTVM e Sicoob Consórcios) regulamentadas pelo BCB e os fundos de investimento (previdenciário e imobiliário).

O BCB estabelece os limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras que são monitorados pela apuração do Índice de Basileia (IB), Índice de Nível I (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP), conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.958/2021.

As parcelas de adicional de capital regulamentar visam garantir que os bancos tenham reservas adicionais de capital suficientes para absorção de perdas inesperadas devido aos ciclos econômicos e ao risco sistêmico, reduzindo os potenciais impactos na economia.

O Adicional de Capital Principal (ACP) passou a vigorar a partir de janeiro de 2016, sendo aplicado em conformidade com as Circulares BCB 3.768/2015 e 3.769/2015.

		R\$ mil				
		a	b	c	d	e
		dez-24	set-24	jun-24	mar-24	dez-23
Capital regulamentar						
1	Capital Principal	4.891.874	4.570.370	4.413.964	4.257.140	4.121.366
2	Nível I	5.495.657	5.192.270	5.016.778	4.257.140	4.121.366
3	Patrimônio de Referência (PR)	5.495.657	5.192.270	5.016.778	4.257.140	4.121.366
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)						
4	RWA total	28.419.873	26.347.664	25.071.811	24.879.936	24.423.210
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	17,21%	17,35%	17,61%	17,11%	16,87%
6	Índice de Nível 1 (%)	19,34%	19,71%	20,01%	17,11%	16,87%
7	Índice de Basileia	19,34%	19,71%	20,01%	17,11%	16,87%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	10,21%	10,35%	10,61%	10,11%	9,87%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	157.427.161	153.650.107	148.765.225	NA	NA
14	RA (%)	3,49%	3,38%	3,37%	NA	NA
Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

2.2 OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Para compreensão das estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Conglomerado Banco Sicoob é necessário o entendimento de conceitos básicos utilizados na organização sistêmica na qual o Banco está inserido, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. Suas atividades são orientadas para manutenção de relacionamento estreito, cordial e transparente com as cooperativas, atendendo suas necessidades e buscando a melhoria contínua de processos.

No que se refere ao gerenciamento integrado de riscos e ao gerenciamento de capital, o Banco Sicoob opera como unidade independente das cooperativas, exercendo funções específicas, mas aderentes às políticas sistêmicas do Sicoob. Essas políticas são detalhadas em manuais que estabelecem procedimentos, atribuições e responsabilidades, incluindo os prestadores de serviços terceirizados.

O Banco Sicoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento integrado de riscos e de gerenciamento de capital do seu conglomerado prudencial, das demais empresas controladas e da fundação patrocinada.

O conglomerado prudencial é composto pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A, Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Sicoob Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda e ainda, pelo Fundo de Investimento Imobiliário Sicoob Agências. O fundo de investimento faz parte do conglomerado por possuir característica de retenção substancial de riscos e benefícios.

Adicionalmente às empresas e ao fundo de investimento que compõem o conglomerado, é controlada pelo Banco Sicoob a empresa Sicoob Participações em Seguridade S.A.

O Banco Sicoob adota documento formal e sistemas de controle específicos de delegação de alçadas como componente do processo de definição de apetite por riscos. O documento determina as alçadas para a realização de operações e processos entre os diversos níveis da estrutura organizacional e funcional da instituição no que se refere, principalmente, mas não exclusivamente, às operações de crédito, compra e venda de títulos e valores mobiliários, gestão administrativa e liquidação financeira.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR) são disseminadas na instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no Gerenciamento Integrado de Riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

O Sicoob possui Política Institucional de Divulgação de Informações que estabelece as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório de Pilar 3, as informações a serem divulgadas, a governança da divulgação de informações e os controles adotados para garantir a fidedignidade e os critérios de relevância na divulgação de informações, conforme art. 56 da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Governança de gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição, em seus diversos níveis, e o relacionamento entre as instâncias de governança.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às atividades do conglomerado prudencial. A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos, conferem maior transparência, eficácia e tempestividade as atividades.

As estruturas de gerenciamento de riscos são compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações entre os riscos considerados relevantes.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de

riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas que consideram a adoção de medidas de contingência.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gestão de riscos no conglomerado.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o conglomerado Banco Sicoob adota o modelo das 3 (três) linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha: controles e gestão do risco operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) 3ª linha: avaliação independente pela auditoria interna.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e o Comitê de Riscos (Coris) é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e dos requisitos regulamentares.

Os sistemas, modelos e procedimentos utilizados para o gerenciamento de riscos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores independentes, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura unificada de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O modelo de gerenciamento de riscos prevê a identificação dos riscos inerentes a novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da instituição, estratégias de proteção (hedge) e iniciativas de assunção de riscos, reorganizações societárias significativas e alteração nas perspectivas macroeconômicas.

Canais de disseminação da cultura de risco na instituição

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, sendo os principais canais internos a *intranet* e Universidade Sicoob e a comunicação externa, por meio de disponibilização de relatórios no sítio do Sicoob.

Na *intranet* são disponibilizadas as políticas, os manuais, as circulares, cartas-circulares, os regulamentos e a relação dos normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores, aplicáveis a todas as empresas do conglomerado e controladas pelo Banco Sicoob.

As informações sobre os níveis de apetite por riscos, apresentadas na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), nas políticas, estratégias e em processos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR), são disseminadas na instituição, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com a área de atuação.

O programa de treinamento voltado para o Gerenciamento Integrado de Riscos prevê a promoção de ações educacionais que proporcionem a capacitação contínua dos empregados dos grupos gerencial e técnico do Banco Sicoob, das empresas controladas, da fundação patrocinada e dos prestadores de serviços relevantes. Alguns dos treinamentos disponíveis na Universidade Sicoob são:

- a) risco operacional e gestão de continuidade de negócios;
- b) risco de crédito e risco social, ambiental e climático;
- c) prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo – PLD/FT;
- d) pacto de ética;
- e) prevenção e combate a fraudes;
- f) lei geral de proteção de dados;
- g) governança e *compliance*;
- h) segurança cibernética

O Pacto de Ética do Sicoob é aplicável aos componentes da estrutura organizacional das entidades do Sicoob. Tem como objetivo harmonizar os valores pessoais e profissionais com padrões de comportamento. Os valores preconizados no referido pacto estão pautados em preceitos legais, éticos, morais e nos bons costumes.

Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

A estrutura de gerenciamento é unificada para o conglomerado Banco Sicoob e adota uma postura prospectiva quanto ao gerenciamento de riscos.

São implementados mecanismos que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos riscos a que o conglomerado Banco Sicoob está exposto, incluindo os riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos de capital e a interação entre eles.

O risco é inerente a qualquer atividade e pode envolver perdas, bem como oportunidades, e deve ser gerenciado a fim de subsidiar à administração na tomada de decisão.

Visando alcançar os objetivos e as metas do conglomerado Banco Sicoob, a alta administração define o apetite por riscos, estabelecendo níveis de limites como

parâmetros de mitigação do risco, por meio de mecanismos de monitoramento contínuo e integrado.

O gerenciamento de riscos abrange os riscos financeiros e não financeiros, os quais possuem manuais institucionais estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

O conglomerado Banco Sicoob possui metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos regulamentares e que representam o apetite por riscos, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente.

Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria

Para assessorar o Conselho de Administração nos processos de gerenciamento de riscos e de capital, o Banco Sicoob possui 2 (dois) comitês: o Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário e de caráter permanente, e o Comitê de Riscos (Coris), órgão de caráter permanente. Suas atribuições estão definidas no Estatuto Social e nos respectivos Regimentos Internos. Os referidos documentos estão disponibilizados na *intranet*.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e ao programa de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Os reportes são realizados por meio de relatórios e apresentações institucionais, para atendimento dos cronogramas de cada órgão de governança, e abrangem avaliação dos resultados:

- a) da gestão dos riscos (crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, imagem, estratégia e gestão de continuidade de negócios);
- b) dos controles internos, riscos de conformidade, cibernético, PLD/FT e prevenção a fraudes;
- c) gestão de capital;
- d) relatório de gerenciamento de riscos e de capital Pilar 3;
- e) ocorrências de denúncias, erros, fraudes e descumprimento de dispositivos legais, normativos, regulamentos e código internos;
- f) programa de testes de estresse;
- g) revisão de políticas de riscos e de capital;
- h) revisão da RAS, programas e planos relativos à gestão integrada de riscos e de capital.

Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse

O Programa de Testes de Estresse (PTE) abrange um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades do conglomerado Banco Sicoob.

O teste de estresse destaca-se como um dos componentes primordiais para o gerenciamento de risco. Tem como objetivo avaliar de forma prospectiva os potenciais impactos de eventos e as circunstâncias adversas na instituição, se a instituição apresenta níveis adequados de capital, liquidez ou valor de um portfólio e se os impactos não gerariam restrições ao desenvolvimento de suas atividades.

O PTE incorpora a metodologia de análise de sensibilidade, sendo consideradas as contribuições de especialistas das áreas de assunção de riscos, de gerenciamentos de riscos, da área econômica, de finanças e de gerenciamento de capital.

O Conselho de Administração e os demais órgãos de governança se envolvem ativamente no PTE.

O teste incorpora a utilização de variáveis macroeconômicas e de mercado, bem como outras variáveis que afetam a gestão.

As deficiências ou limitações metodológicas dos testes de estresse, incluindo aquelas relacionadas aos modelos quantitativos, às suas premissas e às bases de dados utilizadas, abrangendo a avaliação de sua factibilidade em situações de estresse, são explicitadas aos órgãos de governança e elencadas as ações para corrigir as fragilidades apontadas pelo programa.

Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

O acompanhamento do apetite por riscos e a sua consequente mitigação se dá por meio de processos efetivos e periódicos de controles, em que os gestores e a alta administração são informados quanto à exposição e respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é feito por meio de relatórios estruturados, com destaque para eventuais exceções dos limites, as quais exigem planos de ação, incluindo datas para as respectivas adequações.

A mitigação dos riscos do conglomerado Banco Sicoob resulta das boas práticas descritas nas políticas e manuais e está alicerçada em alguns pilares fundamentais como a adoção e padronização de critérios técnicos de análise e aceitação de risco, da tomada de decisões colegiadas, do monitoramento permanente e integrado dos riscos, do planejamento estratégico robusto e integrado e da utilização de estrutura técnica especializada e centralizada.

Os pilares descritos estão alicerçados em aspectos indispensáveis para que a estrutura de gerenciamento de riscos funcione como previsto. A adoção de mecanismos padronizados e de critérios formais de decisão reduz a possibilidade de eventos de risco que possam implicar em perdas pela instituição.

Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é coordenado pela Diretoria Financeira e Administrativa, centralizado na área de Planejamento Financeiro, a qual é apoiada pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap), visando garantir a sinergia, uniformidade e visão sistêmica.

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é realizado de forma integrada com as demais diretorias, cujos processos, procedimentos e políticas estão definidos em normativos internos.

Compõem o Cocap as seguintes áreas: estratégia e gestão, gestão integrada de riscos, administração e contabilidade e planejamento financeiro.

A estrutura de gerenciamento de capital é um processo contínuo que busca:

- a) realizar o monitoramento e controle do capital pelos órgãos de governança corporativa;
- b) avaliar as necessidades de capital em face à exposição ao risco do conglomerado Banco Sicoob, bem como realizar simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse), e seus impactos no capital regulamentar;
- c) planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado Banco Sicoob para o horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) adoção de postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) comunicação tempestiva com os acionistas para negociar o alcance das metas de capitalização do conglomerado Banco Sicoob.

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes, de forma a manter capital compatível com os riscos incorridos pelo conglomerado.

Adicionalmente, dispõe de um plano de capital que prevê as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital e o plano de contingência de capital.

O plano de capital está alinhado às diretrizes estratégicas e de capital do Sicoob para o horizonte de 3 (três) anos, possui periodicidade de revisão semestral e acompanhamento trimestral pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap) e pela Diretoria Executiva.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados são apresentados, semestralmente, à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado, anualmente, pela auditoria interna.

2.3 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Conforme a Resolução CMN 4.958/2021, que trata dos cálculos dos requerimentos mínimos e do adicional de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), correspondente a soma das seguintes exposições:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Sendo:

Risco de Crédito

- RWA_{CPAD} – relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco de Mercado

- RWA_{MPAD} – relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco Operacional

- RWA_{OPAD} – relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

As metodologias utilizadas pelo Banco Sicoob para a alocação de capital estão em conformidade com a regulamentação em vigor, sendo parte do processo de avaliação da adequação do PR, objetivando apurar a exigência de capital suficiente para cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

		R\$ mil			
		a		b	c
		RWA		Requerimento mínimo de PR	
		dez-24	set-24	dez-24	
1	Risco de crédito em sentido estrito	23.083.239	21.023.818	1.846.659	
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	21.970.843	20.124.346	1.757.667	
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-	
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-	
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	41.050	21.575	3.284	
7	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-	
7a	Do qual: requerimento calculado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-	
9	Do qual: mediante demais abordagens	41.050	21.575	3.284	
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	0	0	0	
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	108	498	9	
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	0	0	
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0	0	0	
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0	0	0	
20	Risco de mercado	187.622	174.833	15.010	
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	187.622	174.833	15.010	
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-	
24	Risco operacional	5.149.013	5.149.013	411.921	
I	Risco de Pagamentos (RWASP)	0	0	0	
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	1.071.238	877.400	85.699	
29	Total	28.419.873	26.347.664	2.273.590	

3. Comparação entre informações contábeis e prudenciais

3.1 LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

A diferença de R\$ 10.988 mil nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Tabela LI1) decorre da inclusão do saldo das operações compromissadas, no valor de R\$ 10.961 mil, na conta Operações Compromissadas do relatório de tratamento prudencial, além do valor de Marcação a Mercado de R\$ 26 mil.

A variação de R\$ 7.362 mil entre os valores reportados nas demonstrações financeiras e aquelas consideradas na regulação prudencial dos Títulos de Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos (Tabela LI1) é explicada pela redução das operações compromissadas em R\$ 10.961 mil e acréscimo das operações de derivativos financeiros, na conta derivativos financeiros do relatório prudencial, no valor de R\$ 3.443 mil.

Os ajustes prudenciais são realizados com base na Resolução CMN 4.227/2013, observando as metodologias e procedimentos definidos em Manual específico. A

metodologia de marcação a mercado é desenvolvida pela Área de Riscos de Mercado e de Liquidez e passa por um processo dinâmico de monitoramento e revisão anual, com o objetivo de garantir a aderência às melhores práticas de mercado.

Os preços utilizados no processo de marcação a mercado dos ativos financeiros, preferencialmente, são preços obtidos de fonte primária de mercado. Em caso de indisponibilidade de dados fornecidos pelas fontes primárias, o Comitê de Apreçamento de Ativos Financeiros (Copat) avaliará a metodologia a ser adotada, para submeter à alçada decisória. Para os títulos privados com pouca liquidez e que não são divulgados preços de mercado, são utilizadas metodologias interna para estimar o preço de referência para marcação a mercado.

O processo de validação da precificação de ativos é realizado por área independente das áreas de negócio e de precificação, sendo sujeitos à verificação da auditoria interna e externa.

3.2 LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

SICOOB
Tabela LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco
Frequência: Anual
Data de Atualização: 31/12/2024

	a	b	c	d	e	f	g
	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
Ativos							
Circulante e Realizável a Longo Prazo	152.877.035	155.967.767	120.667.911	35.299.856	-	141	-
Disponibilidades	73.840	73.840	73.840	-	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.271.910	46.260.031	10.961.507	35.298.525	-	-	-
Títulos de Valores Mobiliário e Instrumento de Derivativos	40.511.391	33.149.133	33.147.802	1.331	-	141	-
Relações Interfinanceiras	42.514.399	42.514.399	42.514.399	-	-	-	-
Relações Interdependência	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil	18.308.290	18.308.290	18.308.290	-	-	-	-
Outros Créditos	15.750.414	15.215.282	15.215.282	-	-	-	-
Outros Valores e Bens	446.791	446.791	446.791	-	-	-	-
Permanente	841.815	841.815	737.476	-	-	-	104.339
Investimentos	272.664	253.691	253.691	-	-	-	-
Imobilizado de uso	464.812	483.785	483.785	-	-	-	-
Imobilizado de Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	104.339	104.339	-	-	-	-	104.339
Total de ativos	153.718.850	156.809.582	121.405.387	35.299.856	-	141	104.339
Passivos							
Passivo	148.719.463	383.753	383.753	-	-	-	-
Depósitos	106.409.184	-	-	-	-	-	-
Captações	10.955.564	-	-	-	-	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.183.326	-	-	-	-	-	-
Relações Interfinanceiras	12.725.887	-	-	-	-	-	-
Relações Interdependências	57.099	-	-	-	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.651.304	-	-	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	55	-	-	-	-	-	-
Outras Obrigações	6.737.045	383.753	383.753	-	-	-	-
Obrigações Fiscais Diferidas	11.528	-	-	-	-	-	-
Diversas	6.725.517	383.753	383.753	-	-	-	-
Total de passivos	148.719.463	383.753	383.753	-	-	-	-

3.3 LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

SICOOB

Tabela LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Frequência: Anual

Data de Atualização: 31/12/2024

	R\$ mil				
	a	b	c	d	e
	Valores				
	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
1 Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	156.705.243	121.405.387	35.299.856	-	141
2 Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	383.753	383.753	-	-	-
3 Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	156.321.490	121.021.634	35.299.856	-	141
4 Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	3.643.268	3.643.268	-	-	-
5 Diferenças no apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
6 Outras diferenças	104.339	-	-	-	-
7 Total de ativos	160.069.096	124.664.902	35.299.856	-	141

3.4 PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

SICOOB

Tabela PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Frequência: Anual

Data de Atualização: 31/12/2024

	R\$ mil							
	a	b	c	d	e	f	g	h
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	24.094	-	-	-	24.094	-	24.094
3 Custo de liquidação das posições	-	24.094	-	-	-	24.094	-	24.094
4 Concentração de mercado	-	-	-	-	-	-	-	-
5 Risco de pagamento antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Risco de modelo	-	-	-	-	-	-	-	-
7 Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Total	-	24.094	-	-	-	24.094	-	24.094

4. Composição do capital

4.1 CCA: Principais características dos instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

A tabela CCA está disponível em <http://www.sicoob.com.br/web/relacaocooperados/publicacoes>, na seção "Gerenciamento de Riscos e de Capital" no formato de planilha no arquivo Anexo I - Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - 4º Trimestre_2024.

4.2 CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)



Tabela CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2024

		a	b
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
R\$ mil			
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	4.145.167	(a)
2	Reservas de lucros	828.837	(b)
3	Outras receitas e outras reservas	25.672	(c)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	-	
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	4.999.676	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9	Ativos intangíveis	104.339	(d)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	-	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	289	(e)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	3.174	
	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	

23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-
26	Ajustes regulatórios nacionais	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que compõem o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	(107.802)
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	107.802
29	Capital Principal	4.891.874
Capital Complementar: instrumentos		
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	603.783
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	-
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	603.783
Capital Complementar: deduções regulatórias		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
41	Ajustes regulatórios nacionais	-
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-
44	Capital Complementar	603.783
45	Nível I	5.495.657

Nível II: instrumentos		
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	-
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-
Nível II: deduções regulatórias		
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
58	Nível II	-
59	Patrimônio de Referência	5.495.657
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	28.420.079
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	17,2%
62	Índice de Nível I (IN1)	19,3%
63	Índice de Basileia (IB)	19,3%
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,5%
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPC _{conservação}	2,5%
66	do qual: adicional contracíclico - ACPC _{contracíclico}	0,0%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPS _{sistêmico}	0,0%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	10,21%

Nível II: deduções regulatórias

52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	-	
59	Patrimônio de Referência	5.495.657	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	28.420.079	

Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

61	Índice de Capital Principal (ICP)	17,2%	
62	Índice de Nível I (IN1)	19,3%	
63	Índice de Basileia (IB)	19,3%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	2,5%	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACP _{Conservação}	2,5%	
66	do qual: adicional contracíclico - ACP _{Contracíclico}	0,0%	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP _{Sistêmico}	0,0%	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	10,21%	

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	588.124	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	253.691	(f)
75	Valor total, sujeito à ponderação de risco, de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	435.595	

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-	

4.3 CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

SICOOB

Tabela CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2024

	a	b	c
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
R\$ mil			
Ativo			
Circulante e Realizável a Longo Prazo	152.877.035	155.967.767	
Disponibilidades	73.840	73.840	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.271.910	46.260.031	
Títulos de Valores Mobiliário e Instrumento de Derivativos	40.511.391	33.149.133	
Relações Interfinanceiras	42.514.399	42.514.399	
Relações Interdependência	-	-	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil	18.308.290	18.308.290	
Outros Créditos	15.750.414	15.215.282	
Outros Valores e Bens	446.791	446.791	
Permanente	841.815		
Investimentos	272.664	253.691	(f)
Imobilizado de uso	464.812	483.785	
Imobilizado de Arrendamento	-	-	
Intangível	104.339	104.339	(d)
Total de ativos	153.718.850	155.967.767	
Passivo			
Passivo	148.719.463	383.753	
Depósitos	106.409.184	-	
Captações	10.955.564	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.183.326	-	
Relações Interfinanceiras	12.725.887	-	
Relações Interdependências	57.099	-	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.651.304	-	
Instrumentos Financeiros Derivativos	55	-	
Outras Obrigações	6.737.045	383.753	
Obrigações Fiscais Diferidas	11.528	-	
Diversas	6.725.517	383.753	
Total de passivos	148.719.463	383.753	
Patrimônio líquido			
Capital social	4.143.571	4.145.167	(a)
do qual: montante elegível para Capital Principal			
do qual: montante elegível para Capital Complementar			
Reservas de lucros	827.105	828.837	(b)
Outros resultados abrangentes	29.000	25.672	(c)
Lucros ou prejuízos acumulados			
Ações em tesouraria	(289)	(289)	(e)
Patrimônio líquido total	4.999.387	4.999.387	

5. Indicadores macroprudenciais

5.1 CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContraCíclico

SICOOB

Tabela CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContraCíclico
 Frequência: Semestral
 Data de Atualização: 31/12/2024

R\$ mil

	a	b	c	d	e
	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACPContraCíclico			Adicional contraCíclico aplicável à instituição	Valor do ACPContraCíclico
ACCPi	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB			
Jurisdição					
Brasil	-	-	21.018.920		
Subtotal		-	21.018.920		
Total		-	21.018.920	-	-

6. Razão de Alavancagem (RA)

6.1 LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

SICOOB

Tabela LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)
 Frequência: Semestral
 Data de Atualização: 31/12/2024

R\$ mil

31/12/2024

1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	153.548.342
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	170.507
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	153.718.850
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	10.007
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	26.615
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	4.035.617
7	Outros ajustes	(363.415)
8	Exposição Total	157.427.674

6.2 LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem



Tabela LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Frequência: Trimestral

Data de Atualização: 31/12/2024

	a	b
	dez-24	set-24
	R\$ mil	
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
1	122.437.179	113.655.862
2	(104.339)	(87.039)
3	122.332.840	113.568.823
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
4	1.331	435
5	10.007	12.108
7	-	-
8	-	-
9	-	-
10	-	-
11	11.338	12.543
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
12	31.020.750	35.649.997
13	-	-
14	26.615	22.999
15	-	-
16	31.047.365	35.672.996
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
17	35.195.571	39.683.375
18	(31.159.954)	(35.287.629)
19	4.035.617	4.395.745
Capital e Exposição Total		
20	5.495.657	5.192.270
21	157.427.161	153.650.107
Razão de Alavancagem (RA)		
22	3,49%	3,38%

7. Risco de Liquidez

7.1 LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez, incluindo descrição do processo estruturado de comunicação interna, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes e políticas para o gerenciamento de risco de liquidez e o Comitê de Riscos (Coris) é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho dessa atribuição.

O diretor de riscos e controles (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento de risco de liquidez. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

O Comitê de Gestão de Caixa (Cogec) tem por objetivo estabelecer, diariamente, a gestão dos recursos de caixa do dia seguinte. O Cogec é subordinado à Diretoria Executiva.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança de informações em situação de normalidade e estresse para avaliação de situações críticas que consideram a adoção de medidas de contingência.

Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação de fontes e de prazos de captação

O Banco Sicoob opera com recursos próprios e de terceiros, provenientes de repasse ou não, para atender as demandas dos produtos financeiros, respeitando sempre as disposições normativas internas e do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que regulamentam prazos, lastros e taxas.

Os processos relativos ao gerenciamento de risco de liquidez preveem a adoção das seguintes estratégias para captação de recursos:

- a) definição de apetite por riscos;
- b) processos que estabeleçam limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez;
- c) processos que assegurem a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais ou de estresse, contemplando avaliação diária das operações o com prazos de liquidação inferiores a 90 (noventa) dias;
- d) manutenção de recursos de ativos líquidos que possam, prontamente, ser convertidos em caixa, em situações de estresse;

A disponibilidade de fontes de *funding* são diversificadas e estáveis, monitoradas por meio de indicador de concentração e avaliação de prazos médios.

A política de taxas de captação praticadas pelo Banco Sicoob está consonante com o mercado financeiro e busca o equilíbrio entre ativos e passivos, visando mitigar o risco de liquidez, em linha com o apetite por risco do Sicoob.

Estratégia de mitigação do risco de liquidez

O acompanhamento do apetite por risco e a sua conseqüente mitigação se dá por meio de processos efetivos e periódicos de controles, em que os gestores e a alta administração são informados quanto à exposição e respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é feito por meio de relatórios estruturados, com destaque para suficiência de ativos líquidos para suportar potenciais saídas de recursos esperadas e inesperadas, correntes e futuras do fluxo de caixa.

Descrição da utilização dos testes de estresse para fins de gerenciamento do risco de liquidez

São realizados testes de estresse trimestrais com base em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da instituição.

Os resultados dos testes de estresse são considerados para simular os impactos nos ativos de alta liquidez, com o objetivo de avaliar se a instituição possui liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos do fluxo de caixa projetado no curto prazo.

Descrição resumida do plano de contingência de liquidez

O plano de contingência é regularmente atualizado e estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, claramente definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

As medidas estão descritas em políticas internas, podendo abranger a venda ou troca de ativos e passivos, alteração na composição das captações, redução dos desembolsos relacionados à concessão de créditos e às captações por meio de contratação de empréstimos.

Descrição das ferramentas, métricas e dos limites utilizados para o gerenciamento de risco de liquidez

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

8. Risco de Crédito

8.1 CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

A forma como o modelo de negócios é refletida no perfil de risco de crédito da instituição

O Banco Sicoob apresenta modelo de negócios voltado para o atendimento de demandas de crédito e de serviços ativos e passivos para as cooperativas de crédito e seus cooperados. Nesse sentido, foram estabelecidos modelos padronizados de classificação de risco de tomadores e operações de crédito e definidos, na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), limites prudenciais de exposição, bem como limites aceitáveis de inadimplência com segmentos específicos.

Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito de contrapartes (pessoas físicas, pessoas jurídicas e instituições financeiras) e de operação.

Os modelos de avaliação de risco da contraparte consideram informações cadastrais, financeiras e/ou comportamentais, dados de fontes externas e avaliações qualitativas de analistas, especialistas e gestores. As metodologias têm o seu poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testado. Tendo em vista as características citadas, a metodologia de risco de operação contempla todas as exigências da Resolução CMN 2.682/1999.

O módulo de Classificação de Risco e Limite - CRL efetua críticas dos dados e registra históricos das análises das contrapartes e os respectivos limites de crédito. As classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira global.

Os modelos são baseados na estimação da Perda Esperada (PE) da operação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PE=PD\times LGD\times EAD$$

Onde:

Probabilidade de descumprimento ou Probability of Default (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco da contraparte;

Perda dado o descumprimento ou Loss Given Default (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes, para recuperação do crédito, que pode ser influenciado por características das operações e pela existência de garantias;

Exposição ao descumprimento ou *Exposure at Default* (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Adicionalmente, no Programa de Testes de Estresse é avaliada a suficiência de capital do Banco Sicoob, em decorrência da deterioração das condições de crédito. Nos testes de estresse são realizadas simulações e análises baseadas em cenários da depreciação da carteira de crédito do Banco Sicoob, com a utilização da metodologia *Ad Hoc*, que consiste na piora hipotética no nível das operações da carteira e o aumento da inadimplência pelo efeito dos ciclos econômicos, a fim de observar o impacto no capital.

Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito e o cumprimento das estratégias;
- f) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g) informações gerenciais periódicas para as entidades do conglomerado;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- i) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
- j) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- k) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais, a formação de comitês específicos e independentes e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade.

Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e a Diretoria de Riscos e Controles é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração promover a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares. Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna e os resultados apresentados nos relatórios de auditoria serão utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o Conselho de Administração, Comitê de Riscos e a Diretoria da Instituição

Como parte do gerenciamento do risco de crédito são realizados reportes, mensais, à Diretoria Executiva (Direx), ao Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, que determinam as diretrizes a serem adotadas quanto ao gerenciamento de risco e aos comitês instituídos.

Nos reportes mensais aos órgãos colegiados são apresentados os indicadores que atestam a qualidade da carteira de crédito do banco e a sua aderência com o apetite ao risco, como o acompanhamento das variações das principais carteiras de crédito, do índice de provisionamento, da inadimplência e do índice de cobertura.

8.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições

		R\$ mil					
		a	b	c	d	f	g
		Valor Bruto		Provisões, Adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar. Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar. Dos quais: RWACIRB	Valor Líquido
	Exposições caracterizadas como ativos problematicos	Exposições não caracterizadas como ativos problematicos					
1	Concessão de crédito	1.532.194	64.251.785	554.603	-	-	65.229.375
2	Títulos de dívida	-	43.624.184	-	-	-	43.624.184
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	-	39.373.025	-	-	-	39.373.025
2b	dos quais: outros títulos	-	4.251.160	-	-	-	4.251.160
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	215.068	34.559.061	985	-	-	34.773.144
4	Total	1.747.261	142.435.031	555.588	-	-	143.626.704

8.3 CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos



Tabela CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2024

		R\$ mil
		dez-24
		Total
1	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	1.689.910
2	Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	164.877
3	Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	(91.151)
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	8.821
5	Outros ajustes	(25.195)
6	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente	1.747.261

8.4 CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições



Tabela CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas

Frequência: Anual

Data de Atualização: 31/12/2024

Ano: 2024

e Total das exposições

	Total das exposições por regiões geográficas						Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Território Nacional ¹	
Concessão de crédito	9.178.946	1.321.668	6.308.852	28.927.919	19.491.989	43.624.184	65.229.375
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	43.624.184	43.624.184
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	-	34.773.144
Total das exposições	9.178.946	1.321.668	6.308.852	28.927.919	19.491.989	43.624.184	143.626.704

¹ Corresponde aos títulos públicos brasileiros

	Total das exposições por prazo remanescente de vencimento				Total
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	
Concessão de crédito	13.941.145	18.246.937	18.858.697	14.182.597	65.229.375
Títulos de dívida	1.631.352	8.939.789	27.985.807	5.067.236	43.624.184
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	-	34.773.144
Total das exposições	15.572.497	27.186.727	46.844.504	19.249.833	143.626.704

Total das exposições por setor econômico

	Valor Líquido	Valor Bruto
Concessão de crédito	65.229.375	65.783.979
Atividades Financeiras, De Seguros E Serviços Relacionados	35.066.056	35.105.300
Pessoa Física	11.860.302	12.079.625
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca E Aqüicultura	9.272.381	9.386.269
Comércio; Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas	3.423.309	3.501.861
Indústrias De Transformação	1.374.498	1.399.160
Transporte, Armazenagem E Correio	1.069.154	1.087.476
Saúde Humana E Serviços Sociais	640.751	648.469
Construção	544.294	557.944
Alojamento e Alimentação	396.145	404.770
Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas	359.808	367.340
Atividades Administrativas E Serviços Complementares	347.939	355.668
Outras Atividades De Serviços	331.307	337.439
Informação e Comunicação	141.272	143.535
Educação	116.752	118.812
Atividades Imobiliárias	88.800	90.825
Artes, Cultura, Esporte E Recreação	80.890	82.289
Água, Esgoto, Atividades De Gestão De Resíduos E Descontaminação	43.462	44.218
Indústrias Extrativas	31.523	31.807
Eletricidade e Gás	26.732	26.950
Administração Pública, Defesa E Segurança Social	10.872	11.041
Serviços Domésticos	3.129	3.181
Títulos de dívida	43.624.184	43.624.184
Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	34.773.144	34.774.129
Total das exposições	143.626.704	144.182.292

f Total das operações classificadas como ativos problemáticos

R\$ mil

	Total das operações classificadas como ativos problemáticos por regiões geográficas					Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Valor das operações classificadas como ativos problemáticos ¹	160.267	92.759	108.473	765.405	405.290	1.532.194
Valor da provisão	46.748	5.215	16.727	97.617	45.819	212.125
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial						215.068

R\$ mil

Total das operações classificadas como ativos problemáticos por setor econômico		
	Valor das operações classificadas como ativos problemáticos	Valor da provisão
Pessoa Física	903.058	99.029
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca E Aqüicultura	234.068	45.593
Atividades Financeiras, De Seguros E Serviços Relacionados	179.313	1.421
Comércio; Reparação De Veículos Automotores E Motocicletas	79.473	31.634
Outras Atividades De Serviços	47.328	2.743
Indústrias De Transformação	19.393	7.746
Transporte, Armazenagem E Correio	14.548	4.998
Construção	13.192	5.683
Alojamento e Alimentação	10.165	3.046
Atividades Administrativas E Serviços Complementares	8.254	3.007
Atividades Profissionais, Científicas E Técnicas	7.801	2.730
Saúde Humana E Serviços Sociais	6.344	1.848
Atividades Imobiliárias	2.234	866
Informação e Comunicação	1.654	558
Educação	1.231	490
Administração Pública, Defesa E Seguridade Social	1.171	63
Eletricidade e Gás	985	41
Artes, Cultura, Esporte E Recreação	721	340
Água, Esgoto, Atividades De Gestão De Resíduos E Descontaminação	683	201
Serviços Domésticos	439	24
Indústrias Extrativas	138	65
Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	215.068	-
Total das operações classificadas como ativos problemáticos	1.747.261	212.125

g Total das exposições em atraso R\$ mil

	Total das operações por faixas de atraso					Total
	Menor que 30 dias	Entre 31 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 365 dias	Maior que 365 dias	
Concessão de crédito	270.798	181.107	52.900	59.099	21.864	585.768
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial						215.068
Total das exposições	270.798	181.107	52.900	59.099	21.864	800.835

h Segregação do total das exposições reestruturadas R\$ mil

Segregação do total das exposições reestruturadas	
	Total
Operações classificadas como ativos problemáticos	1.035.687
Demais operações	1.094.590
Total das exposições reestruturadas	2.130.276

i Maiores exposições R\$ mil

Representatividade das exposições		
	Exposições	% das exposições
10 maiores exposições	9.900.721	6,9%
100 maiores exposições	30.718.396	21,4%

8.4 CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Banco Sicoob utiliza o acordo bilateral como instrumento para a compensação e liquidação de obrigações, garantindo as coberturas necessárias por meio de garantias fidejussórias e colaterais financeiros, conforme os termos estabelecidos pela

Resolução BCB 229/2022 e pela Circular 3.809/2016. O objetivo principal é ampliar a capacidade de recuperação do banco em operações sujeitas ao risco de crédito.

Para reduzir o risco de crédito, o banco analisa os prazos e eventuais descasamentos de saldos entre as partes, a fim de calcular a mitigação do risco no âmbito do capital regulamentar. A formalização dos instrumentos do acordo de compensação segue a Resolução BCB 229/2022 e Circular BCB 3.809/2016.

Os instrumentos utilizados são:

- Garantias reais: colaterais financeiros e contratos bilaterais.
- Garantias fidejussórias: garantias prestadas por pessoas jurídicas e instituições financeiras.

8.5 CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito

SICOOB						
Tabela CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito						
Frequência: Semestral.						
Data de Atualização: 31/12/2024						
	a	b	c	d	e	
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias fidejussórias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito	
1	Concessão de crédito	20.153.735	319.382	-	319.382	-
2	Títulos de dívida	217.008	-	-	-	-
I	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	1.216.278	64.645	-	64.645	-
II	Demais operações	-	-	-	-	-
3	Total	21.587.022	384.027	-	384.027	-
4	dos quais: ativos problemáticos	790.918	2.975	-	2.975	-

8.6 CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

SICOOB

Tabela CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Frequência: Semestral.

Data de Atualização: 31/12/2024

Categorias	R\$ mil											
	a		b		c		d		e		f	
	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA							
	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA [e/(c+d)]						
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	10.961.507	-	10.961.507	-	-	0,00%						
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	0,00%						
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	0,00%						
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	73.021.994	865.677	65.381.291	580.238	8.813.087	13%						
5 Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	0,00%						
6 Pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	0,00%						
6.1 Dos quais: Financiamentos especializados	215.638	-	43.128	-	43.128	100,00%						
6.2 Dos quais: outros	1.940.409	11.499.935	432.201	404.332	799.181	96%						
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	-	-	-	-	-	0,00%						
8 Exposições de varejo	22.823.630	8.427	8.282.473	8.427	7.350.401	89%						
9 Exposições garantidas por imóveis	-	-	-	-	-	0,00%						
9.1 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	0,00%						
9.2 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	0,00%						
9.3 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	826.357	-	826.357	-	219.234	26,53%						
9.4 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	-	-	-	-	0,00%						
9.5 Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	0,00%						
10 Ativos Problemáticos	1.213.891	215.068	694.534	7.707	793.893	113%						
11 Outros ativos	11.591.277	22.606.464	7.605.025	763.129	3.952.125	47%						
12 Total	122.594.702	35.195.571	94.226.515	1.763.832	21.971.048	23%						

8.7 CR5: Abordagem padronizada - segregação de exposições por contraparte e por fator de ponderação de risco (FPR)



Tabela CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2024

		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e				
		0%	20%	50%	100%	150%	Outros					
1	Governos centrais e respectivos bancos centrais	10.961.507	-	-	-	-	-	10.961.507				
		Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)					
		20%	50%	100%	150%	Outros						
2	Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-				
		Fator de ponderação de risco (FPR)						Total das exposições de crédito (após FCC e				
		0%	20%	30%	50%	100%	150%		Outros			
3	Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-				
		Fator de ponderação de risco (FPR)							Total das exposições de crédito (após FCC e			
		20%	30%	40%	50%	75%	100%	150%		Outros		
4	Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	35.502.638	6.199	9.150.764	3.652	576.573	-	134.029	28.513.816	73.887.671		
		Fator de ponderação de risco (FPR)							Total das exposições de crédito (após FCC e			
		10%	15%	20%	25%	35%	50%	100%		Outros		
5	Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		Fator de ponderação de risco (FPR)									Total das exposições de crédito (após FCC e	
		20%	50%	65%	75%	80%	85%	100%	130%	150%		Outros
6	Pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	12.462.391	1.193.590	-	-	-	13.655.981
I	Dos quais: Financiamentos especializados	-	-	-	-	-	-	215.638	-	-	-	215.638
II	Dos quais: outros	-	-	-	-	-	12.462.391	977.952	-	-	-	-

		Fator de ponderação de risco (FPR)																	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)		
		0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%		150%	Outros
9	Exposições garantidas por imóveis	-	238.005	142.322	425.353	-	20.092	-	-	-	-	585	-	-	-	-	-	-	-	-	826.357
III	Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	-	238.005	142.322	425.353		20.092					585									826.357
III.a	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	-	238.005	142.322	425.353		20.092					585									826.357
III.b	Das quais: outras	-	-	-	-		-					-									-
IV	Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis																				
V	Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-																		
V.a	Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	-																		
V.b	Das quais: outras	-	-																		
VI	Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.																				
VII	Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários																				

		Fator de ponderação de risco (FPR)				Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
		50%	100%	150%	Outros	
10	Ativos Problemáticos	46.666	183.412	1.198.881.520	229.847.227	1.428.958.825

		Fator de ponderação de risco (FPR)					Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
		0%	20%	100%	1250%	Outros	
11	Outros ativos	4.430.076	-	25.906.444	-	3.861.222	34.197.741

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

		a	b	c	d
Fator de ponderação de risco (FPR)		Exposições contabilizadas as no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio* (ponderado pelo FPR)	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
1	Menor que 40%	79.378.522	841.393	11%	79.472.010
2	40 - 70%	9.215.794	5.965	26%	9.217.319
3	0,75	23.400.203	8.427	35%	23.403.179
4	80% - 85%	1.062.750	11.399.641	32%	4.759.491
5	90 - 100%	4.578.460	22.704.986	41%	13.846.223
6	105 - 130%	155.847	-	0%	155.847
7	1,5	4.803.126	235.160	70%	4.967.952
8	2,5	-	-	0%	-
9	4	-	-	0%	-
10	12,5	-	-	0%	-
11	Exposição total	122.594.702	35.195.571	36%	135.822.021

* Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

9. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)

9.1 CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Banco Sicoob possui metodologia interna que estabelece risco e limite de crédito para bancos e outros emitentes (contraparte) de títulos negociados na tesouraria. A metodologia interna de avaliação do risco de contraparte considera indicadores econômico-financeiros, avaliações de empresas de classificação de risco e outros dados publicados. As classificações de riscos são revisadas periodicamente, de acordo com o porte e o nível de risco da contraparte.

9.2 CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

SICOOB						
Tabela CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada						
Frequência: Semestral						
Data de Atualização: 31/12/2024						
	a	b	d	e	f	
	Valor de reposição	Exposição potencial futura	Alpha empregado no cômputo da EAD regulatória	EAD pós-mitigação	RWA	
1	Abordagem SA-CCR	-	-	1,4	-	-
1.1	Abordagem CEM	-	-	-	-	-
3	Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)	-	-	-	42.159.154	40.931
4	Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)	-	-	-	-	-
7	Total					40.931

9.3 CCR3: Abordagem padronizada – segregação das exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

SICOOB										
Tabela CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco										
Frequência: Semestral										
Data de Atualização: 31/12/2024										
Contraparte	Fator de ponderação de risco (FPR)									R\$ mil
	a	b	c	d	d1	e1	f	g	h	i
	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros	Total
Governos centrais e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	-	-	4.232	-	-	-	36.699	-	-	40.931
Pessoa jurídica não financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	4.232	-	-	-	36.699	-	-	40.931

9.4 CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

SICOOB

Tabela CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2024

	R\$ mil					
	a		b		c	
	d		e		f	
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos		Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos			
Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte		Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição	Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte	
Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados			
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	-	-
Depósitos – outras moedas	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos federais	-	-	-	-	40.931	-
Títulos emitidos por governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-	-
Outros colaterais	119	-	-	-	-	-
Total	119	-	-	-	40.931	-

9.5 CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

SICOOB

Tabela CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Frequência: Semestral

Data de Atualização: 31/12/2024

	R\$ mil	
	a	b
	Risco transferido	Risco recebido
Valor Nocial	-	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	-	-
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	-	-
Swaps de taxa de retorno total	-	-
Valor de nocial total	-	-
Valor Justo	-	-
Valor justo positivo (ativo)	-	-
Valor justo negativo (passivo)	-	-

O Banco Sicoob não possui exposição em derivativos de crédito.

9.6 CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

		R\$ mil	
		a	b
		Exposição após mitigação	RWA
1	Exposições a QCCPs (total)		119
2	Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	-	-
3	(i) Derivativos de balcão	-	-
4	(ii) Derivativos padronizados	2.904.377	119
5	(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
I	(iv) Demais operações	-	-
7	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	
8	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
9	Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
10	Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
11	Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
12	Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
13	(i) Derivativos de balcão	-	-
14	(ii) Derivativos padronizados	-	-
15	(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
II	(iv) Demais operações	-	-
17	Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
18	Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
19	Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
20	Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por CCPs não qualificadas	-	-

10. Exposições de Securitização

10.1 SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

O conglomerado Banco Sicoob não realiza esse tipo de operação.

11. Risco de Mercado

11.1 MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado

O Banco Sicoob estrutura o gerenciamento do risco de mercado utilizando as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

São classificadas na carteira de negociação:

- a) as operações com derivativos, exceto as operações de *hedge* da carteira bancária;
- b) as operações relativas às aplicações em cotas de fundos de investimento;
- c) as aplicações em mercadorias (*commodities*), em ações e em moedas estrangeiras.

Para as parcelas de riscos de mercado RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{CAM} , RWA_{COM} , RWA_{ACS} , RWA_{DRC} e RWA_{CVA} são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

As empresas que compõem o conglomerado, com exceção do Banco Sicoob, não possuem operações na carteira de negociação e nem derivativos.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem:
 - valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
 - limites máximos de risco de mercado;
 - aplicação de cenários de estresse.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de mercado;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado;
- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de mercado.

Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo mecanismos de comunicação interna utilizados

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de mercado, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos

O sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de mercado adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco de mercado, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

11.2 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado



Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Frequência: Trimestral

Data de Atualização: 31/12/2024

		R\$ mil	
		RWA_{MPAD}	
		dez-24	set-24
1	Taxas de juros	33.042	28.248
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	5.890	4.046
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	27.152	24.202
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	-	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-	-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	5.876	6.331
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	146.936	138.315
4	Preços de mercadorias (RWA_{COM})	-	-
5	RWA_{DRC}	1.768	1.939
6	RWA_{CVA}	-	-
9	Total	185.854	172.894

11.3 Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função o *hedge* dos riscos das carteiras bancárias e de negociação dos principais fatores de risco (câmbio e taxa de juros).



Informações quantitativas dos derivativos classificados nas carteiras de negociação e bancária

Frequência: Trimestral

Data de Atualização: 31/12/2024

					R\$ mil
Derivativos no Brasil - Com Contraparte Central					
		dez-24		set-24	
Fatores de Risco		Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Ações e Índices		-	-	-	-
Câmbio		-	(377.771)	-	(322.694)
Taxa de juros		377.771	(2.904.362)	322.694	(3.635.382)
Commodities		-	-	-	-

12. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

12.1 IRRBBA: Objetivos e políticas para o gerenciamento de IRRBB

Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos

Define-se o risco de variação das taxas de juros (IRRBB) como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

No processo de gerenciamento do IRRBB, o Banco Sicoob utiliza as abordagens de valor econômico e de resultado da intermediação financeira.

- a) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária;
- b) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.

Descrição das políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de variação das taxas de juros, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O acompanhamento do risco de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- b) análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- c) limites máximos do risco de variação das taxas de juros;
- d) análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- e) resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- f) testes de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária para avaliar a sensibilidade aos limites definidos na RAS.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle do risco de variação das taxas de juros adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

Os sistemas, modelos e procedimentos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores independentes, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição. Os resultados apresentados nos relatórios de inspeção são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

A área de planejamento financeiro é responsável pela gestão dos descasamentos entre os fluxos dos ativos e passivos, avaliados por faixa de prazos e fatores de riscos, bem como desempenha o controle e mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de ALM (*Asset and Liability Management*).

Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB

As abordagens do valor econômico (ΔEVE) e de resultado de intermediação financeira (ΔNII) são calculadas diariamente e avaliadas em relação aos limites definidos na RAS e às demais métricas de análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) e resultado de perdas e ganhos embutidos (EGL), para avaliação de comportamentos do risco e resultado da carteira bancária.

Descrição dos cenários de choques e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico (ΔEVE) e no resultado de intermediação financeira (ΔNII) da instituição

Para o cálculo do IRRBB são aplicados choques na estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) para a simulação de cenários possíveis, respeitando as diretrizes estabelecidas e observando os requisitos mínimos definidos pela regulação do IRRBB.

Para mensuração do ΔEVE , são aplicados os choques com base nos cenários padronizados e internos:

- Paralelo de Alta (aumento das taxas de juros de curto e de longo prazo);
- Paralelo de Baixa (redução das taxas de juros de curto e de longo prazo);
- Alta do Curto Prazo (aumento das taxas de juros de curto prazo);
- Baixa do Curto Prazo (redução das taxas de juros de curto prazo);
- Steepener (redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo);

- Flattener (aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo).

Para mensuração do Δ NII, são aplicados os choques com base nos cenários padronizados e internos:

- Paralelo de Alta (aumento das taxas de juros de curto e de longo prazo);
- Paralelo de Baixa (redução das taxas de juros de curto e de longo prazo).

Descrição e implicações direcionadas das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do IRRBB, caso sejam diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métricas da Tabela IRRBB1.

Não há premissas diferentes.

Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz *hedge* de suas exposições ao IRRBB, bem como, tratamento contábil de tais operações

Com o objetivo de mitigar o risco de variação das taxas de juros (IRRBB) e manutenção dos níveis de risco das exposições ao IRRBB, dentro dos limites definidos na RAS, são realizadas operações de hedge com derivativos (contratos futuros de DI). As operações são classificadas como hedge contábil de fluxo de caixa, sendo realizado o monitoramento contínuo da efetividade do hedge e os impactos nas demonstrações contábeis.

Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para parametrização, no cálculo do Δ EVE e Δ NII, de que trata a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, divulgados na Tabela IRRBB1

No cálculo do IRRBB, os depósitos sem vencimento são modelados considerando suas classificações segundo sua natureza, estabilidade e distribuídos no tempo, respeitando os limites regulatórios.

A metodologia utilizada para determinar a probabilidade de pré-pagamento das operações de crédito, considera as premissas de modalidade da operação, fator de risco e distribuição histórica do valor antecipado.

Quaisquer outras informações que a instituição deseje divulgar com respeito à sua interpretação da relevância e sensibilidade das medidas de IRRBB divulgadas, além de notas explicativas sobre eventuais variações significativas no nível de IRRBB reportado em relação a datas-bases anteriores

Todas as informações relevantes foram divulgadas.

Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido

Prazo médio é de 2 (dois) anos e 5 meses;

Prazo máximo é de 5 (cinco) anos.

12.2 IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

SICOOB				
Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB				
Frequência: Anual				
Data de Atualização: 31/12/2024				
R\$ mil				
Cenários	Choques Padronizados ¹			
	ΔEVE		ΔNII	
	dez-24	dez-23	dez-24	dez-23
Paralelo de Alta	420.968	631.592	254.250	56.511
Paralelo de Baixa	(440.536)	(774.637)	(275.534)	(114.251)
Aumento das taxas de juros de curto prazo	393.410	NA		
Redução das taxas de juros de curto prazo	(399.272)	NA		
Steepener	(194.395)	NA		
Flattener	254.218	NA		
Varição Máxima	420.968	631.592	254.250	56.511
	dez-24		dez-23	
Capital de Nível I	5.495.657		4.121.366	

As perdas potenciais estão representadas por valores positivos, enquanto que, os ganhos potenciais por valores negativos.

¹ Choques padronizados nas taxas de juros, conforme definição do "Anexo 1" da Circular BCB nº 3.876/2018.

A redução de R\$ 210,6 milhões no ΔEVE comparado com o ano anterior, foi decorrente, principalmente, da redução das exposições em operações prefixadas, tratamento das opcionalidades dos produtos sujeitos a pré-pagamento e operações de hedge. O aumento de R\$ 197,7 milhões no ΔNII é justificado pelo crescimento dos depósitos a taxa pós-fixada.

13. Remuneração de Administradores

13.1 REMA: Política de remuneração

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração do Banco Sicoob (Corem Banco) é um órgão estatutário de caráter permanente, subordinado diretamente ao Conselho de Administração.

O Comitê também exerce suas atribuições e responsabilidades nas empresas controladas e fundação patrocinada que adotarem o regime de comitê de remuneração único.

Tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne à implementação, à operacionalização e à gestão da Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob.

O mandato dos integrantes do Comitê é de 3 (três) anos, podendo haver até 2 (duas) reconduções, sendo que o mandato se estende até a investidura dos novos integrantes.

O Comitê de Remuneração é composto pelos seguintes membros (data-base dezembro/2024), com encerramento do mandato em 31/12/2026:

- Aifa Naomi Uehara de Paula (coordenadora)
- Cláudio Halley David Pereira
- Fernando Vicente Netto
- Filipe Carlos de Oliveira Ferreira Pinto
- Tatiana Carvalho Lima de Alencar Matos

Em 2024 não foram contratadas consultorias externas para implementação e acompanhamento da política de remuneração.

Estrutura de remuneração

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob foi instituída em 10/12/2012, e sua última atualização ocorreu em 18/12/2024.

A Política:

- a) estabelece diretrizes para a fixação e o pagamento da remuneração dos administradores – diretores e conselheiros de administração (membros estatutários);
- b) é elaborada e revisada, anualmente, pelo Comitê de Remuneração do Banco Sicoob, e aprovada pelo Conselho de Administração. Na revisão desta Política, são considerados os resultados dos estudos, dos trabalhos e das propostas apresentados pelo Comitê de Remuneração do Banco Sicoob;
- c) aplica-se ao Banco Sicoob, às empresas controladas e à fundação patrocinada, mediante expressa adesão;
- d) visa a estabelecer:
 - regras compatíveis com a política de gestão de riscos de modo a não incentivar comportamentos de administradores que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos;
 - critérios de transparência que impeçam qualquer forma de discriminação, em particular as baseadas em orientação sexual, de gênero, etnia, raça, cor, idade, religião, entre outras.

Em 2024, a revisão anual do conteúdo da Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob, cuja última proposta de atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro/2024, teve como principais alterações o atendimento à Resolução CMN nº 5.177/2024, que revogou a Resolução CMN nº 3.921.

Os empregados das áreas de gerenciamento de risco, de controles internos e de conformidade (compliance) não são regidos pela política de remuneração de

administradores e são remunerados através do vínculo celetista sem qualquer correlação entre a remuneração recebida e o desempenho da área de negócios.

A remuneração dos administradores das áreas de controles internos e de gestão de riscos, dos responsáveis pelas atividades relacionadas à função de conformidade e dos membros da equipe de auditoria, é determinada independentemente do desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse.

Descrição de como os riscos correntes e futuros influenciam a definição da remuneração, incluindo visão geral dos principais riscos considerados, sua mensuração e como ela afeta a política de remuneração.

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob visa estabelecer regras compatíveis com a política de gestão de riscos de modo a não incentivar comportamentos de administradores que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

Prevê, ainda, entre os critérios a serem observados no caso de pagamento de remuneração variável, após o encerramento de cada exercício, a compatibilidade entre os níveis de riscos (correntes e potenciais) assumidos no exercício anterior, com as respectivas Políticas de Gestão de Riscos.

Os critérios utilizados para aferir a criação de valor e a gestão de risco de longo prazo constam da decisão da Assembleia Geral que deliberar sobre o pagamento da remuneração variável.

O artigo art. 22, VII do Regimento Interno do Comitê de Remuneração, prevê, entre as atribuições do colegiado: “zelar para que a Política esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada das entidades do CCS e com as normas do Conselho Monetário Nacional”.

Para evidenciar os critérios adotados pelo Comitê, foi instituída, em 2/12/2013, a Metodologia para Avaliação do Grau de Correlação entre os Riscos Assumidos, o Desempenho e a Remuneração dos Administradores.

A Metodologia prevê, quanto aos riscos assumidos, que o Comitê verificará, por meio de relatórios disponibilizados pelas áreas técnicas:

a) nos casos de alteração dos indicadores e limites de riscos fixados pela administração na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), a existência de estudos de impacto que demonstrem a construção de bases financeiras sustentáveis e a existência de ambiente econômico favorável;

b) o enquadramento das operações aos indicadores e limites fixados na RAS.

Descrição da correlação entre a avaliação de desempenho e os níveis e formas de remuneração, incluindo:

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob prevê que a remuneração dos administradores é composta por:

a) os honorários (remuneração fixa), pagos sempre em espécie, por meio de

realização de transferência eletrônica;

b) os benefícios especificados pela Assembleia Geral; e

c) o bônus (remuneração variável), que, se ocorrer, deve ser definido, considerando a proporção adequada e o equilíbrio entre a remuneração fixa e a variável, não podendo ser superior à 60% do valor total da remuneração anual. O pagamento será em espécie ou em outras formas de ativo, mediante observância de fatores e critérios de mensuração de desempenho e cumprimento de metas.

Os administradores são submetidos, anualmente, a processo de avaliação de desempenho específico.

Adicionalmente, para pagamento de remuneração variável (bônus), os seguintes critérios são verificados, após o encerramento de cada exercício:

a) o cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico anual da instituição, segundo critérios definidos pelo Conselho de Administração e aprovados pela Assembleia Geral.

b) no caso de diretores, cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico anual das respectivas áreas subordinadas, em percentual mínimo fixado pela Assembleia Geral. As metas dos administradores das áreas de Controles Internos e de Gestão de Riscos são baseadas nas suas próprias funções e não no desempenho das unidades de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesse;

c) o resultado satisfatório na avaliação de desempenho individual do administrador;

d) existência de lucro líquido contábil ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis pela instituição;

e) variação positiva no patrimônio líquido da instituição, livre dos efeitos das transações realizadas com proprietários;

f) compatibilidade entre os níveis de riscos (correntes e potenciais) assumidos no exercício anterior, com as respectivas Políticas de Gestão de Riscos;

g) verificação:

- da capacidade de geração de fluxo de caixa positivo pela instituição para os três anos seguintes;
- de ambiente econômico favorável para a instituição;
- de bases financeiras sustentáveis para os três anos seguintes, ajustadas pelo pagamento da remuneração prevista nesta Política.

As métricas utilizadas para avaliar o desempenho geral da instituição e individual dos administradores são fixadas anualmente pela Assembleia Geral Ordinária e o resultado apurado ao término do exercício é analisado pelo Comitê de Remuneração e pelo Conselho de Administração e, em seguida, submetido à apreciação do mesmo colegiado para avaliar o eventual pagamento de remuneração variável.

Sendo aprovado o pagamento de bônus (remuneração variável) é verificada a necessidade de diferimento e, se aplicável, as seguintes diretrizes para pagamento do montante diferido serão observadas: “reversão dos pagamentos diferidos: no caso de redução significativa do desempenho dos fatores considerados para pagamento da remuneração variável ou de ocorrência de resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios durante o período de diferimento, as parcelas diferidas não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução do desempenho”.

Descrição do processo para adequar a remuneração ao desempenho de longo prazo, incluindo:

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob prevê as seguintes diretrizes para diferimento da remuneração variável:

Sendo o pagamento de bônus e o montante a ser pago aprovados pela Assembleia Geral, as seguintes diretrizes para diferimento serão observadas:

a) se o montante definido for igual ou inferior a 10% (dez por cento) da remuneração total anual recebida pelo administrador: neste caso o diferimento do pagamento será opcional, bem como dispensada a observância do item 6-e, e o período, se existir, estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

b) se o montante definido for superior a 10% (dez por cento): neste caso no mínimo 40% (quarenta por cento) desse pagamento será diferido para pagamento futuro, da forma a seguir, observados os percentuais de escalonamento previstos nos normativos editados pelo BCB, caso aplicável:

- período de diferimento: mínimo de 3 (três) anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador. Os pagamentos serão efetuados de forma escalonada, em parcelas proporcionais ao período de diferimento;
- reversão dos pagamentos diferidos: no caso de redução significativa do desempenho dos fatores considerados para pagamento da remuneração variável ou de ocorrência de resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios durante o período de diferimento, as parcelas diferidas não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução do desempenho.

Descrição das diferentes formas de remuneração variável adotadas e as razões para sua utilização, incluindo:

A Política de Remuneração de Administradores do Banco Sicoob prevê que o bônus (remuneração variável), se ocorrer, deve ser definido, considerando a proporção adequada e o equilíbrio entre a remuneração fixa e a variável, não podendo ser superior à 60% do valor total da remuneração anual. O pagamento será em espécie ou em outras formas de ativo, mediante observância dos fatores descritos.

Outros incentivos associados ao desempenho (remuneração variável), caso aprovado o pagamento pelo Conselho de Administração, em consonância com as deliberações apreciadas pela Assembleia Geral ou pela Reunião de Sócios, também deve observar as diretrizes contidas na Política de Remuneração.

13.2 REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

SICOOB
Tabela REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência
Frequência: Anual
Data de Atualização: 31/12/2024

R\$ mil

Remuneração		a	b
		Diretoria	Conselho de administração
1	Número de pessoas	7	14
2	Total da remuneração fixa (3 + 4 + 5)	12.027	6.144
3	Remuneração fixa Da qual: em espécie	12.027	6.144
4	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
5	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
6	Número de pessoas	7	14
7	Total da remuneração variável (8 + 10 + 12)	0,00	0,00
8	Da qual: em espécie	-	-
9	Remuneração da qual: diferida	-	-
10	variável Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	-
11	da qual: diferida	-	-
12	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
13	da qual: diferida	-	-
14	Remuneração total (2 + 7)	12.027	6.144

13.3 REM2: Pagamentos extraordinários

SICOOB
Tabela REM2: Pagamentos extraordinários
Frequência: Anual
Data de Atualização: 31/12/2024

R\$ mil

Pagamentos extraordinários	Bônus garantidos em transferência interna		Bônus garantidos em contratação		Pagamentos por desligamento	
	Número de pessoas	Valor total	Número de pessoas	Valor total	Número de pessoas	Valor total
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-

Não há pagamento extraordinário no Banco Sicoob.

13.3 REM3: Remuneração diferida

SICOOB

Tabela REM3: Remuneração diferida

Frequência: Anual

Data de Atualização: 31/12/2024

	R\$ mil				
	a	b	c	d	e
Remuneração diferida	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria	-	-	-	-	-
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Conselho de administração	-	-	-	-	-
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Não há pagamento diferido no Banco Sicoob.